

Apresentação

A intenção desse número da revista *Sociedade e Estado* era de reunir artigos que tratassem sociologicamente de questões atuais relacionadas à educação. Os artigos poderiam tratar teoricamente da educação em geral ou analisar resultados de pesquisas empíricas sobre certos aspectos da educação ou certos níveis de ensino (alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação). Acredito que a idéia inicial foi concretizada. Porém o tema que uniu os diferentes artigos e abordagens foi a relação entre educação e desigualdade, seja enquanto desigualdades sociais e/ou desigualdades regionais.

Vejam os:

O artigo de Arabela Campos Oliven “Universidades em contraste: Argentina e Brasil” mostra as diferenças (assim, as desigualdades) na idéia de universidade do Movimento de Reforma que tem início em Córdoba na Argentina em 1918 e a Reforma Universitária que teve lugar no Brasil em 1968. Na Argentina, o movimento partiu de baixo, da mobilização estudantil, e tinha um caráter mais radical e político. Já a nossa Reforma Universitária é bastante posterior (1968), se deu no regime militar, foi imposta de cima para baixo, possuindo conteúdo predominantemente técnico-administrativo. Embora durante o governo militar, tanto no Brasil como na Argentina, as universidades públicas tenham sofrido forte repressão e tenha ocorrido a expansão do ensino superior privado a nível de graduação, essa expansão foi ainda maior no Brasil.

No entanto, é ressaltada a expansão da pós-graduação nas universidades públicas brasileiras nesse mesmo período, diferentemente da Argentina. Finalmente, a autora nos propõe, a partir da redemocratização e da assinatura do Mercosul, que a Argentina e o Brasil possam articular os seus sistemas de

educação superior. Nesse caso, as diferenças entre os dois países podem trazer elementos inovadores ao processo de integração significando que, as desigualdades podem ser aproveitadas de uma forma profícua.

Essa expansão da pós-graduação brasileira é analisada com detalhes por Ricardo Chaves de Rezende Martins no artigo “A pós-graduação no Brasil: situação e perspectivas”, onde dá destaque às desigualdades regionais existentes no sistema de pós-graduação instalado no país. Ele aborda a construção do sistema de pós-graduação, faz uma descrição do perfil atual, discute seus principais problemas e algumas propostas de solução.

Apresenta dados referentes à distribuição dos cursos por áreas de conhecimento, por regiões geográficas (constatando, mais uma vez, a excessiva concentração no Sudeste) à produção e à qualidade da pós-graduação, medida pelo seu sistema de avaliação.

Propõe finalmente a diversificação do modelo de pós-graduação na medida em que há diferentes clientes, interesses e necessidades da sociedade a que a pós-graduação deve atender. Nesse sentido, citam-se os exemplos do mestrado interinstitucional e do mestrado semi-presencial e à distância. Também apresenta a necessidade de uma divisão de tarefas entre a CAPES e o CNPq, onde a CAPES apoiaria sobretudo as bolsas de formação acadêmica nos mais diferentes níveis e os cursos da pós-graduação enquanto que o CNPq se responsabilizaria por um amplo programa de fomento à pesquisa. Ou seja, a diferenciação do modelo de pós-graduação e diversidade de apoios e fontes de financiamento poderiam contribuir para a redução de alguns problemas da pós-graduação, entre eles, o das desigualdades regionais.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Robert Evan Verhime, no artigo “A descentralização da educação”, também enfocam as desigualdades regionais e as desigualdades sociais. Esse trabalho aborda a descentralização da educação da perspectiva da municipalização do ensino fundamental, analisando a questão das desigualdades regionais e as medidas que vêm sendo utilizadas para estimular uma transformação, através da implementação do FUNDEF. Embora a análise feita pelos autores confirme que a descentralização pode contribuir para a melhoria da qualidade e eficiência e para a democratização da educação no país, ela não pode ser considerada como uma solução única e nem de uma forma automática e generalizada. Há experiências bem sucedidas de municipalização mas há também resistências socio-culturais e práticas políticas tradicionais em vários municípios brasileiros. Também é ressaltado o caráter restrito do FUNDEF que não contempla o ensino infantil e a educação de jovens e adultos, trazendo problemas para o financiamento do ensino médio. Embora o FUNDEF tenha como prioridade

a universalização e a melhoria do ensino fundamental significando ter como objetivo a diminuição das desigualdades sociais e regionais, as limitações ainda são várias.

E a alfabetização, como anda no Brasil? Alceu R. Ferrano fala a respeito no seu artigo “Alfabetizar é escolarizar”. A análise feita a partir de estatísticas censitárias revela níveis também desiguais de alfabetização entre estados e municípios, ou seja, mais uma vez, desigualdades regionais. Geralmente se fala de analfabetismo apenas em relação a pessoas de 10 anos e mais ou 15 anos e mais. Considerando que alguns municípios a meta de 100% de alfabetização é atingida já nos grupos de 8 anos de idade, o estudo conclui que essa deve ser a idade-parâmetro para as políticas educacionais referentes ao analfabetismo. Mostra que o Brasil reduziu significativamente as taxas de exclusão da escola em toda a população de 5 a 17 anos, mas viu o aumento da exclusão na escola nos grupos de 8 anos e 14 a 17 anos, pela intensificação de reprovação e repetência ou pela incorporação de adolescentes atrasados nos estudos, o que significa afirmar que a universalização da alfabetização e da escolarização pelo menos fundamental exige muito mais do que o simples acesso à escola.

Sem analisar propriamente nenhum nível de ensino, Maria Zélia Borba Rocha, no seu artigo “Espaço Urbano, escola e desigualdade social” mostra que a inserção do indivíduo no mundo do saber escolarizado é imprescindível, na sociedade contemporânea, para a elaboração e difusão de representações sociais, assim como para a constituição de personalidades mais democráticas, sendo então a escola uma instituição central de no processo de democratização da sociedade. Ou seja, para que se tenha uma sociedade menos desigual e também para que se respeite melhor os desiguais (os diferentes), o acesso ao conhecimento que a escola possibilita é muito importante.

O artigo de Márcia Lopes Reis, “Uma nova leitura da função social da escola no processo de formação da nação na América Latina” também faz uma abordagem mais geral da educação. Enfoca as relações entre estado e educação na perspectiva da função social da escola no processo de formação da nação, a partir de estudos de vários autores. Adverte que a análise de cunho econômico vem figurando como principal metodologia na definição das políticas de educação, com uma grande participação dos organismos internacionais. Daí que a introdução dos recursos das novas tecnologias informacionais na prática cotidiana escolar revela uma vinculação à demanda transnacional por mão-de-obra informatizada. Trata-se, segundo a autora, de uma nova cultura que vem sendo legitimada pela escola, caracterizada por um modo global de pensar, agir e sentir, regulado por um Estado cada vez mais transnacional.

Dessa forma, o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico estaria sobrepondo a função de formação da nação pela escola na América Latina. Ou seja, a escola informatizada é resultado de um Estado transnacional e ela própria possibilita uma cultura transnacional. Nesse caso, a escola estaria sendo constituída e constituindo uma “transnação,” e não propriamente uma nação.

Os trabalhos aqui apresentados se localizam num determinado contexto social e educacional. Na última década, há uma ênfase muito grande na análise da educação como promotora de competitividade, idéia permeada da racionalidade econômica característica da abordagem econômica da educação vigente década de 70, porém, também se faz presente a idéia de educação como promotora de cidadania social.

Diante do processo de globalização, da maior abertura do nosso país ao mercado internacional e da tentativa de entrar no novo paradigma produtivo cuja base técnica é eletroeletrônica, a formação de recursos humanos torna-se importante para aumentar a nossa competitividade, seja pela formação de pesquisadores altamente qualificados pelas universidades e pelo sistema de pós-graduação e que são responsáveis pela produção científica de ponta e pela produção de novas tecnologias, seja pela modernização tecnológica das empresas que depende da pesquisa científica de ponta e também da educação básica e profissional de sua mão-de-obra.

Não se pode ignorar, entretanto, uma concepção social da educação, no que se refere à ampliação das oportunidades educacionais para diminuir as desigualdades sociais e assim se concretizar uma sociedade mais justa. No período da redemocratização a cidadania política foi muito reforçada, porém, atualmente, verifica-se que essa não foi suficiente para consolidar uma maior participação na sociedade, ou seja, uma maior cidadania social. Por essa razão, a educação passa a ser também considerada como promotora de cidadania social.

As idéias de cidadania política e social têm suas origens no pensamento de Marshall (Marshall 1979) quando ele vincula o conceito de cidadania a partir do desenvolvimento dos direitos, iniciando com o aparecimento dos direitos civis, políticos e, finalmente, sociais. Os direitos civis se referem aos direitos necessários à liberdade individual, os direitos políticos à participação no exercício do poder e os direitos sociais, que surgem no século XIX, com o desenvolvimento das leis trabalhistas e com a implantação da educação primária pública. São estes direitos que constituem a cidadania social, diferentemente da cidadania política mais característica do período anterior e que se limitava sobretudo à participação no poder

Ou seja, a educação é importante para o país enquanto condição de com-

petitividade no sentido de permitir a entrada no novo paradigma produtivo que é baseado sobretudo na dominação do conhecimento. Porém a educação também é considerada como relevante no que se refere ao seu papel de diminuição das desigualdades sociais, ou seja, como promotora de cidadania social. Dessa forma, o desenvolvimento é obtido através de uma maior competitividade dos indivíduos, das empresas e do país no mercado internacional, como também através de uma maior participação social dos cidadãos.

É o que indicam as políticas mais recentes para a área educacional, que priorizam o ensino fundamental e procuram avaliar e reformar o ensino médio e superior.

Pode-se concluir então que esses artigos sobre educação, uns mais otimistas, outros mais pessimistas com as políticas educacionais no Brasil, porém, de uma maneira geral, todos vêm casos mais ou menos bem sucedidos. Ou seja, a situação do Brasil é desigual nos mais diferentes níveis, desde a alfabetização até a pós-graduação.

E alguns deles apresentam propostas ou questões interessantes para resolver os problemas apontados. Todos revelam, no entanto, uma preocupação com a democratização da educação, pois ela é central para a democratização da sociedade, ou seja, para a formação da cidadania social. A educação é importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, aumentando a nossa competitividade mas também é crucial para diminuir as nossas desigualdades sociais. A dimensão econômica não pode excluir a dimensão social.

Finalizando, três resenhas de livros fazem parte desse número de revista *Sociedade e Estado*: uma de Daniel de Aquino Ximenes, sobre “Universidades públicas – desafios e possibilidades para o Brasil Contemporâneo” de Michelangelo Giotto Trigueiro, outra de Rubens de Oliveira Martins sobre “Educação e Universidade” de Anísio Teixeira e de Luciano Albino sobre “A sociedade em Rede” de Manuel Castells.

Assim, são apresentadas novas idéias sobre universidade de um autor também novo (Michelangelo Trigueiro), idéias consagradas sobre universidade de um autor clássico em educação (Anísio Teixeira) e idéias revolucionárias de um best-seller sobre a sociedade da informação que traz impactos para a educação (Manuel Castells). Trata-se de um bom panorama sobre educação.